



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 036/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10023/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito Municipal de Borba, exercício de 2011.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI - Informação Conclusiva nº 515/2013 (fls. 3023/3025)

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 144/2013-MP-ACP, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 3026).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** *Prestação de Contas Anual. Exercício de 2011. Prefeitura Municipal de Borba.*

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **DESAPROVAÇÃO** das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Borba, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade do **Sr. Antônio José Muniz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 3º, III, da Resolução n. 9/97-TCE/AM;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**PARECER PRÉVIO Nº 036/2013 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**Processo TCE/AM nº10023/2012 – fl. 02**

**10- Ata:** 50ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de dezembro de 2013.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**LÚCIO ALBERTO DE LIMA ALBUQUERQUE**  
Conselheiro

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Conselheiro

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Fui presente Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

**ACÓRDÃO Nº 036/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 036/2013)

**1- Processo TCE nº 10023/2012.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Borba.

**4- Exercício:** 2011.

**5- Responsável:** Sr. Antônio José Muniz Cavalcante, Prefeito Municipal de Borba, exercício de 2011.

**6- Unidade Técnica:** DICAMI - Informação Conclusiva nº 515/2013 (fls. 3023/3025)

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 144/2013-MP-ACP, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 3026).

**8- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** *Prestação de Contas Anual. Exercício de 2011. Prefeitura Municipal de Borba.*

*Contas irregulares. Multas. Prazo para o recolhimento. Autorizada inscrição na dívida ativa e cobrança executiva. Glosa. Recomendação ao Ministério Público Estadual e à origem. Comunicação à Prefeitura Municipal de Borba e à Secretaria da Receita Federal. Determinação à DICAMI.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em divergência**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

**9.1 -** à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, no sentido de:

**9.1.1- JULGAR IRREGULARES** a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Borba, referente ao exercício de 2011, de responsabilidade do **Sr. Antônio José Muniz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos termos do art. 22, III, “b”, da Lei Estadual n. 2.423/96;

**9.1.2- DETERMINAR A GLOSA** no valor de **R\$ 26.818,16** ao **Sr. Antônio José Muniz Cavalcante**, Prefeito e Ordenador de Despesa, referente a divergência, não esclarecida, do total das SENTENÇAS JUDICIAIS somadas *in loco* pela Comissão de Inspeção (R\$ 37.993,97) e o apresentado no anexo 2 do Balanço 2011 (R\$ 11.175,81);

**9.1.3- FIXAR PRAZO** de 30 (trinta) dias para o recolhimento do valor mencionado no subitem 113.6 aos cofres da Fazenda Pública de Borba, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.1.4- RECOMENDAR** à Prefeitura Municipal de Borba que:



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 036/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 036/2013)**

**Processo TCE/AM nº 10023/2012 – fl.02**

- a) observe o prazo para envio de dados informatizados pelo sistema ACP, nos termos do art. 4º, *caput*, da Resolução n. 10/2012-TCE/AM;
- b) proceda a revisão geral anual da remuneração de todos os servidores públicos, nos termos do art. 37, X, da CF/88;
- c) proceda a realização de concurso público, reduzindo o número de temporários no quadro de pessoal, em obediência ao art. 37, II, da CF/88;
- d) elabore com maior rigor os relatórios de viagens, devendo está consignado a data de entrega e confecção dos mesmos, e ainda, especificando de forma pormenorizada as atividades desenvolvidas nos locais de destino;
- e) registre no CADPREV a lista dos servidores vinculados ao RGPS, com relação dos nomes dos inativos e dos pensionistas;
- f) proceda a indicação dos agentes responsáveis pela guarda e administração dos bens de caráter permanente;
- g) observe, nas contratações realizadas mediante convite, a exigência dos comprovantes de regularidade com o INSS e FGTS de todos aqueles que contratam com o Poder Público, com fulcro no art. 195, §3º, da CF/88;
- h) proceda a formalização de contrato para os gastos que resultarem em obrigação futura;
- i) evite a fragmentação de despesas, procedendo a licitação adequada;
- j) comprove nas eventuais dispensas de licitação o instituto da inviabilidade de competição;
- k) observe com maior rigor o arquivamento dos contratos de forma cronológica.

**9.1.5- RECOMENDAR** ao Ministério Público de Contas que, se for o caso, represente ao Ministério Público Estadual acerca das irregularidades consignadas neste caderno processual para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, nos termos do art. 114, III, da Lei Estadual n. 2.423/1996 e art. 54, XII, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.1.6- COMUNICAR** à Prefeitura Municipal de Borba que a eventual reincidência nas impropriedades constatadas nos autos poderá acarretar na irregularidade das contas futuras, conforme prevê o art. 22, III, §1º, da Lei Estadual n. 2.423/96;

**9.1.7- COMUNICAR** à Secretaria da Receita Federal do Brasil sobre o teor das restrições n. 2.5 e 2.6 da Informação n. 44/2012-DCAMI-SPEDE (fls. 1.510/1.536), encaminhando-lhe cópia da referida peça técnica, haja vista o art. 2º, da Lei Federal n. 11.457/2007.

**9.1.8- DETERMINAR** à Diretoria de Controle Externo da Administração dos Municípios do Interior - DICAMI que, nas próximas inspeções, verifique se a origem adotou as recomendações elencadas ao norte.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 036/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 036/2013)**

**Processo TCE/AM nº 10023/2012 – fl.03**

**9.2- Por maioria, nos termos do voto Relator:**

**9.2.1 - APLICAR MULTA** no valor total de **R\$ 25.208,70** ao **Sr. Antônio José Muniz** Cavalcante, Prefeito e Ordenador de Despesa, nos moldes discriminados a seguir:

**9.2.1.1 - R\$ 1.096,03** por cada mês em que houve atraso no envio de dados, via ACP, ou seja, de janeiro a dezembro, totalizando o montante de R\$ 13.152,36, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pelo art. 2º, da Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

**9.2.1.2 - R\$ 2.192,06** pelo não atendimento, em sua plenitude, à diligência deste Tribunal consubstanciada no subitem 4.1 da Notificação n. 01/2012-CI/DCOP/BORBA (fls. 567/574), tendo em vista que não foram encaminhados dois documentos técnicos do Contrato 22/2010, a saber: Termo de Recebimento Definitivo e a ART do responsável técnico pela execução da obra/serviço de engenharia perante o CREA, com fulcro no art. 308, I, “a”, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

**9.2.1.3- R\$ 1.096,03** pela diferença encontrada nos valores aplicados na educação e saúde encaminhados à esta Corte de Contas através do Sistema GEFIS e os apresentados na prestação de contas, com fulcro no art. 308, II, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM;

**9.2.1.4- R\$ 8.768,25**, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM, com a nova redação dada pela Resolução n. 25/2012-TCE/AM, pelas impropriedades discriminadas a seguir:

- a) fragmentação de despesa, impedindo, desta forma, a submissão ao procedimento licitatório mais adequado, conforme se infere no subitem 5.3 da Notificação n. 01/2012-CI/DCAMI (fls. 672/680);
- b) violação ao princípio da economicidade na locação de bote de alumínio através das CACT 70-11 e CACT 125-11, considerando que a Prefeitura efetuou a compra do mesmo objeto com características semelhantes, por valor significativamente inferior [subitem 5.6 da Notificação n. 01/2012-CI/DCAMI (fls. 672/680)];
- c) não comprovação da inviabilidade de competição nas CACT 54-11, CACT 179-11 e CACT 55-11, sendo indevida a dispensa do procedimento licitatório dos mesmos [subitem 5.7 da Notificação n. 01/2012-CI/DCAMI (fls. 672/680)];
- d) violação ao princípio da economicidade na locação de veículo tipo Kombi através da CACT 81-11, cujo gasto global é suficiente para aquisição de um veículo com as mesmas características, conforme se infere no subitem 5.8 da Notificação n. 01/2012-CI/DCAMI (fls. 672/680);



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 036/2013 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 036/2013)**

**Processo TCE/AM nº 10023/2012 – fl.04**

e) não comprovação da inviabilidade de competição na CACT 95-11, sendo indevida a inexigibilidade de licitação do mesmo [item 28 da Notificação n. 01/2012-C/DCAMI (fls. 672/680)].

**9.2.2- FIXAR PRAZO** de 30 (trinta) dias para o recolhimento das sanções discriminadas no subitem 113.3 aos cofres da Fazenda Pública Estadual, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora, devidos, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM;

**9.2.3- AUTORIZAR**, caso os valores das sanções não sejam recolhidos dentro do prazo estabelecido, a inscrição dos débitos na Dívida Ativa pela Fazenda Pública Estadual, bem como a instauração da cobrança executiva, em consonância com o art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002-TCE/AM.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Raimundo José Michiles, que divergiu quanto aos valores das multas aplicadas pelo Relator. Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela inaplicabilidade de multa pelo atraso do ACP.

**10- Ata:** 50ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 16 de dezembro de 2013.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente), Lúcio Alberto de Lima Albuquerque, Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral de Contas.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Fui presente Procurador-Geral de Contas